



10ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

2 e 3 de abril de 2009
Brasília - DF

SUMÁRIO EXECUTIVO

1) Apresentado o balanço das ações executadas para Povos e Comunidades Tradicionais em 2008, o relatório consolidado será enviado a todos com o detalhamento dos dados, citando comunidades, projetos e onde se encontram os beneficiários de cada uma das ações que foram elencadas no balanço. Para que este detalhamento seja feito é necessário que o MMA receba as contribuições dos órgãos executores.

Obs: Foi reforçado o pedido de que as contribuições dos órgãos governamentais devem ser encaminhadas ao MMA até segunda-feira, dia 6 de abril, ao meio dia.

2) Necessidade de que haja uma maior fiscalização da sociedade civil na execução das ações solicitadas ao governo. Citado o caso do pedido de audiência com o Senhor Ministro de Estado de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, feito há dois anos com a intenção de discutir uma proposta de estrutura de trabalho apropriada para a Comissão Nacional.

3) Decidido que a Educação de Povos e Comunidades Tradicionais será o tema transversal a ser debatido e aprofundado na próxima reunião ordinária da CNPCT.

4) Decidido que na próxima reunião ordinária da CNPCT haverá um ponto de pauta específico para discutir formas de melhor realizar o controle social sobre as ações do governo e formas de monitoramento das ações que garantam a sua execução nas localidades de origem dos povos e comunidades tradicionais.

5) Apresentação do Plano Prioritário de Ações para os anos de 2009 e 2010. Destacado o fato do plano ainda não ter sido concluído, cabendo, portanto, inclusões dos órgãos que ainda não se manifestaram sobre prioridades para o período e o público-alvo, povos e comunidades tradicionais.

6) Compromisso do governo de fazer um levantamento mais detalhado das situações de conflito e propostas de resolução para a próxima reunião da CNPCT.

7) Solicitado pela sociedade civil que haja uma maior abertura para o debate sobre as prioridades de ações para os anos de 2009 e 2010. Não se sentiram contemplados em alguns aspectos e gostariam de propor ações. Sugestão de prazo de 15 dias para envio das proposições a serem discutidas e pactuadas pelos órgãos do governo federal.

8) Sugestão de que seja agendada reunião entre os órgãos do governo responsáveis pela criação de Unidades de Conservação e organizações da sociedade civil para discutir proposições de inclusões de novas prioridades na criação destas áreas para o biênio 2009/2010.

9) Apresentação da proposta de realização de levantamento de dados existentes no IBGE sobre Povos e Comunidades Tradicionais.

10) Solicitado aos Faxinalenses que enviem os dados de levantamento realizado com apoio do MDS para que os pontos de GPS que foram coletados sejam repassados ao IBGE para constarem da pesquisa que será realizada nos dados deste órgão.

11) Necessidade de realizar reuniões bilaterais com os povos e/ou comunidades tradicionais que não forem atendidas pelo levantamento de dados existentes no IBGE, como é o caso dos ciganos.

12) Discussões sobre a recomposição da representatividade da CNPCT. Apresentada a proposta governamental de manutenção dos 15 membros da sociedade civil e 15 membros da sociedade civil e inclusão de critérios para apresentação dos nomes dos representantes:

- Apresentar ata ou documento comprobatório da forma de escolha dos representantes das organizações da sociedade civil;
- Reuniões bilaterais com os casos em que não haja um consenso sobre a representação.

13) Proposto o prazo limite de 45 dias para que a sociedade civil resolva as questões de representações que desejam ingressar na Comissão Nacional. Este prazo é necessário pois após esta resposta será necessário um prazo mínimo de cerca de 30 dias para tramitação do novo decreto de composição da Comissão na Casa Civil da Presidência da República. Assim a próxima reunião ordinária seria realizada em 90 dias. A definição e cumprimento deste prazo é importante para acordar o período de realização da próxima reunião ordinária.

14) Encaminhamentos:

- Antes de que os dados sejam trabalhados pelo IBGE e SEAP estes serão discutidos pela Comissão;
- Marcar reunião para discussão em detalhes do projeto Ypadê, algumas pequenas adequações são possíveis e tem que ser feito um planejamento para execução do projeto;
- Realizar reunião com os caiçaras para definir melhor a questão da base de dados a ser utilizada e os cruzamentos possíveis;
- Marcar reunião entre SEPPIR, MDS, SEMUR (Secretaria Municipal de Reparação – Município da Bahia) e Povos de Terreiro para aproximação sobre a forma de realização do levantamento que será realizado sob a coordenação do MDS e Seppir.